
SOBRE O CONCEITO E A TAREFA DA CIÊNCIA PSÍQUICA¹

Franz Brentano

Tradução de Evandro O. Brito e Emanuel L. Stobbe

O que, no começo, parecia ser a elucidação bem-conhecida e evidentemente para o que está oculto e o que posteriormente, entre outros, misteriosamente despertou admiração e curiosidade - sobre o que os grandes pensadores da antiguidade em maior medida se dedicaram com assiduidade e sobre o que, ainda hoje, pouquíssimo se alcançou em acordo e clareza - são os fenômenos que eu também novamente investigarei mais atentamente e dos quais busco aqui oferecer, em termos gerais, um quadro correto de suas características e leis. Nenhum ramo da ciência produziu tão poucos frutos para o conhecimento da natureza, e da vida, e não há nenhum outro do qual esperamos a satisfação de necessidades essenciais. Não há nenhuma área do conhecimento – exceto apenas a metafísica –, que a maioria costuma olhar com maior desprezo, mas não há nenhuma que seja considerada tão suprema e valiosa por alguns. Além do mais, todas as outras ciências devem parecer dignas principalmente porque abrem o caminho para essa ciência; e todo o reino de verdade pareceria pobre e desprezível se não fosse também definido para cobrir conjuntamente esse campo. As outras ciências são, de fato, o alicerce: esta se assemelha à coroada conclusão. Todas a preparam; ela depende de todas. No entanto, ela também deve, por sua vez, exercer a influência mais poderosa sobre todas elas. Ela deve renovar a vida inteira da humanidade; acelerar e assegurar o progresso. E se, por um lado, ela parece ser a cúpula sobressaliente do edifício da ciência, por outro lado, ela tem a tarefa de se tornar a base da sociedade, dos seus bens mais nobres, e, com isso, se tornar, também, a base de toda pretensão dos pesquisadores.

¹ Brenano, Franz. Ueber Begriff und Aufgabe der psychischen Wissenschaft. In. _____ . *Psychologie vom empirischen Standpunkte*. Erster Band. Hamburg: Feliz Meiner, 1973, p. 5 – 38.

Evandro O. Brito é Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Centro-oeste (UNICENTRO – PR) e pesquisador da Fundação Araucária (e-mail: evandro@unicentro.br). Emanuel Lanzini Stobbe é bolsista CAPES, mestrando em Filosofia junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pesquisador visitante na Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg (e.l.stobbe@t-online.de). Este trabalho contou também com a revisão textual do Professor Adriano Picoli, doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

§ 1. Definição da psicologia como ciência da alma

O nome Psicologia significa: *ciência da alma*. De fato, Aristóteles, o qual foi o primeiro a classificar a ciência e expor seus ramos particulares em diferentes escritos, intitulou uma de suas obras: *περὶ ψυχῆς*. Ele entendeu por alma a natureza ou, como ele preferiu expressar, a forma, o ato primeiro, a perfeição primeira de um vivente. Ele nomeou de vivente, no entanto, o que se nutre, cresce, reproduz e é sensivelmente e intelectualmente ativo, ou também está, apenas, capacitado para qualquer uma dessas funções. Bem longe de atribuir consciência a uma planta, ele considerou, também, o reino vegetal como vivo e animado. E assim, o trabalho mais antigo em psicologia, depois de estabelecer o conceito de alma, tratou das características mais gerais, as quais não somente se referem às atividades vegetativas, como ainda se referem às suas atividades sensoriais ou intelectuais, que correspondem às coisas, nas quais tomam parte.

Esta foi a esfera de questões que a psicologia abarcou originalmente. Com o tempo, o seu campo foi muito reduzido. Os psicólogos não mais falaram das atividades vegetativas. Todo o reino da vida vegetal, dado que carecia de consciência, não mais pertencia ao âmbito da sua investigação e, do mesmo modo, o reino dos animais ficou fora da sua esfera à medida que tais, como as plantas e os corpos inorgânicos, são objetos da percepção externa, colocando-o fora de sua esfera. Isso também valeu para os casos onde tais fenômenos se colocam em estrita relação com a vida sensitiva, como aqueles do sistema nervoso e muscular. Foi então ao fisiólogo, e não ao psicólogo, a quem coube a investigação sobre esse campo.

Não se tratava de uma limitação arbitrária. Pelo contrário, ela se parece com uma correção evidente exigida pela natureza mesma do tema. Pois, apenas quando as linhas de fronteira das ciências estão traçadas corretamente, e apenas quando a sua divisão é útil para o progresso do conhecimento, se une o aparentado e o menos aparentado é separado. E aparentados em excelente medida estão os fenômenos da consciência. O próprio modo de percepção nos dá todo conhecimento acerca dos fenômenos e, superiores e inferiores, são aproximados um dos outros através de numerosas analogias. O que, no entanto, a percepção externa nos mostra dos seres vivos, nós os vemos de

outro ângulo, bem como de um modo completamente diferente, e os fatos gerais, os quais nós encontramos aqui, são às vezes as leis mesmas, às vezes leis parecidas como aquelas, que vemos reger a natureza.

Poder-se-ia dizer, e não sem alguma razão, que o próprio Aristóteles já sugeriu esta delimitação mais tardia e correta dos limites da psicologia. Aqueles que o conhecem sabem quão frequentemente ele conecta tais princípios de uma concepção diferente e mais correta com a exposição de uma doutrina menos desenvolvida. Tanto sua metafísica, quanto sua lógica e ética fornecem provas disso. No terceiro livro do seu tratado sobre a Alma, ali onde ele trata de movimentos voluntários, ele rejeita investigar os órgãos intermediários entre o desejo e o membro para a qual o desejo está dirigido em seu movimento. Pois tal investigação, diz ele, na medida em que fala exatamente como um psicólogo moderno, não pertence ao tema de estudo daquela, da alma, mas sim daquele, do corpo. Isso tudo de passagem, portanto, talvez para tornar mais fácil convencer um ou outro discípulo entusiasmado de Aristóteles que exista ainda em nosso tempo.

Nós vimos como o campo da psicologia se estreitou. Ao mesmo tempo, porém, o conceito de vida também se estreitou ou, se não esse conceito – pois os homens da ciência costumam usar muito esta palavra em seu amplo sentido original –, quanto muito, em todo caso, o conceito de alma de uma maneira completamente análoga.

O novo uso corrente da língua entende por *alma*, a saber, o portador substancial das representações e outras características, as quais, como as representações, são imediatamente percebidas apenas por meio da experiência interna, e para as quais as representações formam a base; por conseguinte, costuma-se chamar *alma* o portador substancial de uma sensação, por exemplo, uma fantasia, de um ato de lembrança, de um ato de esperança ou receio, de desejo ou aversão.

Nós também usamos o nome *alma* nesse sentido. E parece que nada nos impede, apesar da mudança de versão, se ainda hoje nós também definimos o conceito de psicologia com as mesmas palavras com que outrora Aristóteles o definiu, na medida em que nós dizemos que ela seria a ciência da alma. Semelhante à ciência da natureza, a qual investiga as propriedades e leis dos corpos que se referem à nossa experiência externa, ela parece então com a ciência que ensina as características e leis da alma, as

quais nós encontramos imediatamente em nós mesmos por meio da experiência interna e, por meio de analogia, também inferimos em outros.

Assim, por essa versão, os dois ramos da ciência indicados parecem dividir plenamente entre si o campo das ciências empíricas gerais e distinguir um do outro em limite preciso.

Contudo, a primeira [dessas afirmações], pelo menos, não é o caso. Há fatos que são demonstráveis da mesma maneira nos dois domínios da experiência externa e interna. E essas amplas leis, justamente por causa de sua ampla extensão, nem se tornam propriamente os objetos das ciências naturais, nem os da psicologia. Enquanto elas pertencem com igual direito a uma e à outra ciência, mostra-se contrariamente que elas não pertencem a uma delas. Elas também são suficientemente numerosas e significativas para se ocupar de um campo especial de investigação e esse ramo é a metafísica, a qual nós distinguimos da ciência da natureza e da ciência psíquica.

Mas também a separação dos dois campos menos gerais sob os três grandes campos da ciência não está completa. Como em outras partes, onde duas ciências se tocam, aqui também não pode faltar a questão de fronteira entre as ciências da natureza e psíquica. Pois os fatos, os quais o fisiólogo considera, e aqueles, os quais o psicólogo considera, estão na mais íntima correlação, apesar de toda diferença de caráter. Nós encontramos propriedades físicas e psíquicas unidas em um e mesmo grupo. Não apenas os estados físicos são causados por estados físicos e os estados psíquicos por psíquicos, mas também estados físicos têm consequências psíquicas e estados psíquicos têm consequências físicas.

Alguns distinguiram uma ciência específica, a qual se ocupou destas questões. Especialmente Fechner, que denominou de psicofísica este campo da ciência e chamou de "lei fundamental da psicofísica" a famosa lei básica estabelecida a partir deste campo. Outros deram preferência à designação menos feliz, "psicologia fisiológica".

Deste modo, colocar-se-ia fim às disputas de limite entre a psicologia e a fisiologia. No entanto, não se colocará, em seu lugar, novas e ainda mais numerosas disputas entre a psicologia e a psicofísica, por um lado, e entre a psicofísica e fisiologia do outro? – Ou não é evidentemente matéria do psicólogo determinar os primeiros elementos dos fenômenos psíquicos? – e então, caberá também aos psicofísicos estudá-los, pois são estímulos físicos que provocam as sensações. E, não é tarefa do fisiólogo

retroceder por uma cadeia contínua até a origem dos fenômenos espontaneamente produzidos, como o movimento de reflexo? – e então o psicofísico também buscará as primeiras consequências físicas de causas psíquicas.

Por isso, é melhor que não nos escandalizemos com a necessidade de interferência recíproca entre fisiologia e psicologia. Elas não serão maiores do que aquelas, as quais observamos, por exemplo, também entre física e química. Elas nada provam contra a exatidão da determinação de limite realizada, senão apenas mostram que, como em qualquer outra, não importa quão boa seja a divisão das ciências, também essa tem em si algo artificial. Não se tornará necessário de forma alguma duplicar, doravante, a série completa das chamadas questões psicofísicas, ou seja, versar sobre elas tanto na fisiologia quanto na psicologia. Deixar-se-á demonstrar facilmente em cada uma dessas questões, em qual campo reside a dificuldade essencial, cuja solução é dada quase com a solução da própria questão. Assim, por exemplo, em todos os casos será matéria do psicólogo averiguar os primeiros fenômenos psíquicos provocados pela excitação física, quando ele também aí não puder prescindir de uma observação dos fatos fisiológicos. Da mesma forma, no caso dos movimentos voluntários dos corpos, ele terá que determinar o último e imediato antecedente psíquico de toda a série de mudanças físicas que estão ligadas a eles. Ao fisiólogo, ao contrário, caberá a tarefa de investigar a última e imediata causa física da sensação, ainda que ele, nesse caso, obviamente, precise contemplar o fenômeno psíquico. Em compensação, será também averiguado por ele o primeiro e último efeito no campo fisiológico, dos movimentos devidos a causas psíquicas.

Quanto à demonstração de uma relação progressiva nos aumentos das causas e efeitos físicos e psíquicos, a investigação das chamadas leis fundamentais da psicofísica, parece-me então que a tarefa se divide em duas, das quais uma compete aos fisiólogos, enquanto a outra é matéria dos psicólogos. A primeira consiste em determinar quais diferenças relativas na intensidade dos estímulos físicos correspondem às menores diferenças perceptíveis nas intensidades dos fenômenos psíquicos. No entanto, a segunda consiste em investigar qual é a relação de uma para com outra dessas mínimas diferenças perceptíveis. – Mas, a resposta para esta última pergunta não é imediata e completamente evidente? Não é claro que todas as mínimas diferenças perceptíveis sejam consideradas iguais umas às outras? – Isto é o que geralmente se

aceitou e mesmo Wundt argumentou do seguinte modo em sua *Physiologischen Psychologie* (p. 295): "Uma tal diferença mínima de intensidade perceptível é ... um valor psíquico de magnitude constante. Pois se uma diferença mínima perceptível fosse maior ou menor que outra, então *ela seria maior ou menor que o mínimo perceptível*, o que é uma contradição". Wundt não nota que seu argumento é um círculo vicioso. Se alguém duvida que todas as diferenças mínimas perceptíveis sejam iguais entre si, então já não vale para ele o ser-mínimo-perceptível como propriedade característica de uma magnitude constante. É apenas verdadeiro e evidente *a priori* que todas as diferenças mínimas perceptíveis são *igualmente percebidas*, mas não que elas sejam *iguais*. Pois, todo aumento igual precisaria, então, ser igualmente percebido e, por isso também, todo aumento igualmente percebido precisaria ser igual. Isso, no entanto, resta a investigar agora, e essa investigação, a qual cabe ao psicólogo, visto que se trata de leis dos juízos comparativos, poderia oferecer um resultado completamente diferente do esperado. O fenômeno do deslocamento do disco lunar próximo ao horizonte é percebido como mais rápido do que quando ele está alto no céu, apesar de ambos serem temporalmente iguais em ambos os casos. De modo contrário, a primeira tarefa é, sem dúvida, matéria do fisiólogo. Observações físicas são aquelas que, aqui, chegam a ser empregadas em maior extensão. E, certamente não foi coincidência, se nós temos de agradecer a um fisiólogo de primeira categoria, como E. H. Weber, a primeira preparação, e a um físico de formação filosófica, como Fechner, o estabelecimento da lei em ampla extensão.

Assim, parece justificada, então, a definição conceitual da psicologia fornecida acima e sua posição para com as ciências vizinhas se tornou clara.

§ 2. Definição de psicologia como a ciência dos fenômenos psíquicos

Nem todos os psicólogos, no entanto, se declaram de acordo com o sentido acima indicado, quando alguns dizem que a psicologia é a ciência da alma. Pelo contrário, eles a definem como a *ciência dos fenômenos psíquicos* e eles colocam a psicologia no mesmo nível e junto à sua ciência irmã. Também a ciência da natureza, eles afirmam, não deveria ser definida como a ciência dos corpos, mas sim como a ciência dos fenômenos psíquicos.

Tornemos claro o fundamento desta objeção.

O que se pretende, quando se diz: ciência dos fenômenos físicos; ciência dos fenômenos psíquicos? Fenômeno, aparência, é usado frequentemente em oposição ao verdadeiro e real existente. Nós dizemos, então, que os objetos de nossos sentidos, assim como nos são apontados pela sensação, são meros fenômenos; cor, som, calor e sabor não existem real e verdadeiramente fora de nossas sensações, embora elas se refiram ao existente real e verdadeiro. John Locke já fez um experimento, no qual ele, tendo aquecido uma das mãos e resfriado a outra, submergiu a ambas simultaneamente no mesmo balde de água. Ele sentiu calor em uma das mãos e frio na outra, demonstrando, com isso, que ambos não estavam verdadeiramente na água. É sabido, do mesmo modo, que a pressão no olho pode despertar os mesmos fenômenos luminosos que os raios, os quais emanam de um objeto colorido. E também em relação às determinações da localização espacial, é analogamente fácil reconhecer seu erro, quem as quer tomar por verdadeiras e reais, tal como elas aparecem. A uma mesma distância, diferentes determinações de localizações espaciais parecem iguais e a distâncias diferentes, iguais parecem diferentes. Com isso se relaciona o fato de se ver, seja o movimento como repouso, seja ao contrário o repouso como movimento. Portanto, há para os objetos da experiência sensorial a prova completa de sua falsidade. Se, no entanto, isso também não pudesse ser estabelecido tão claramente, dever-se-ia, contudo, duvidar de sua verdade, pois não haveria sido dada uma garantia para eles, com a hipótese de que, existindo na realidade um mundo, o qual provoca nossas sensações e com o qual, o que dele nos aparece, indica certa analogia, seria suficiente para esclarecer os fenômenos.

Assim, nós não temos direito de acreditar que os objetos da assim chamada percepção externa, tal como nos aparecem, também existam na verdade. Do contrário, eles não existem comprovadamente fora de nós. Eles são meros fenômenos, em oposição ao que verdadeiramente e realmente é.

No entanto, o que foi dito sobre os objetos da percepção externa não pode ser dito do mesmo modo dos objetos da percepção interna. Para esses, ninguém jamais mostrou que, quem toma seu fenômeno por verdade implica em contradição, mas sim que nós temos até mesmo aquele claro conhecimento de sua existência e aquela certeza, a qual é dada a partir da intelecção imediata. E, por isso, ninguém propriamente poderia duvidar se existe a substância psíquica, a qual percebe em si mesma, e se ela existe tal

como a percebe. Quem aqui ainda pudesse duvidar, alcançaria uma dúvida absoluta, um ceticismo o qual certamente revogaria a si mesmo, à medida que ele também teria destruído aquele ponto firme, a partir da qual ele poderia tentar seu ataque ao conhecimento.

Portanto, não se pode exigir de modo razoável, para igualar nesse aspecto a ciência da natureza e a ciência psíquica uma à outra, que se defina a psicologia como ciência dos fenômenos psíquicos.

No entanto, é também um pensamento bem diferente o que comumente orienta aqueles que apoiam tal definição. Eles não negam que o pensar e o querer existam verdadeiramente. E eles usam a expressão fenômenos psíquicos, ou manifestações psíquicas, como sinônimos perfeitos de estados psíquicos, processos psíquicos e eventos psíquicos, tais como a percepção interna nos revela. No entanto, sua discordância contra a antiga definição também está relacionada ao fato de que, com ela, os limites do conhecimento não são compreendidos. Se alguém diz que a ciência natural é a ciência dos corpos, entendendo por corpo uma substância, a qual atua em nossos órgãos dos sentidos e produz representações de fenômenos físicos, então ele aceita que substâncias subjazem como causa dos fenômenos externos. E se alguém diz que a psicologia é a ciência da alma, e com isso designe com o nome alma o portador substancial de estados psíquicos, então ele expressa a convicção de que fenômenos psíquicos são considerados características de uma substância. Mas, o que autoriza aceitar tais substâncias? Diz-se que elas não são objetos de experiência. Nem a sensação e nem a percepção interna nos mostram uma substância. Como ocorre a nós os fenômenos do calor, cor e som, assim se apresentam a nós os fenômenos de pensar, sentir e querer. Nós não observamos um ser, ao qual eles aderem como características. É uma ficção que não corresponde a uma realidade, ou a qual não seria demonstrada, se lhe coubesse ter uma existência. Assim, ela não é evidentemente um objeto da ciência. Nem a ciência natural pode ser definida como ciência dos corpos e nem a psicologia pode ser definida como a ciência da alma, mas sim aquela deve ser concebida apenas como a ciência dos fenômenos físicos e a última, de modo semelhante, como a ciência dos fenômenos psíquicos. Não existe uma alma, ao menos para nós; no entanto, uma psicologia pode e deve, não obstante, existir; mas – para usar uma expressão paradoxal de Albert Lange – uma psicologia sem alma.

Vemos que a ideia não é tão absurda como o termo deixa parecer. A psicologia permanece também segundo esta visão com um amplo campo de investigação.

Isto é tornado claro com um relance na direção da ciência natural. Pois, todos os fatos e leis, os quais este ramo de investigação contempla segundo a concepção daquilo que vale como a ciência dos corpos, também deverão ser investigados segundo a visão daquilo que ele pretende reconhecer apenas como a ciência dos fenômenos físicos. Isso é o que realmente fazem, atualmente, muitos naturalistas importantes que formaram uma opinião sobre questões filosóficas, graças à notável corrente que agora aproxima filosofia e ciência da natureza uma à outra. Eles em nada restringem a extensão do campo das ciências da natureza. As leis de coexistência e de sucessão, as quais ela compreende segundo outros, também caem, segundo eles, em seu completo domínio.

Similarmente, isso se dá também com relação à psicologia. Também os fenômenos, os quais nos oferecem a experiência interna, estão sujeitos às leis. Reconhecem-na todos os que se ocupem com investigação científica psicológica. O leigo também a encontra fácil e rapidamente confirma na própria experiência. Essas leis de coexistência e sucessão de fenômenos psíquicos permanecem objetos de suas investigações, também segundo aqueles que negam à psicologia o conhecimento de uma alma. Com isso, é atribuído a ela um vasto reino de importantes tarefas, a maioria das quais ainda aguarda solução.

Para tornar a psicologia mais explícita e tal como ele a imagina, John Stuart Mill, um dos representantes mais determinados e influentes deste ponto de vista, ofereceu em sua *Lógica das ciências morais* uma sinopse sobre as questões com as quais ela se ocupou.

Como uma tarefa geral da psicologia, ele designou a investigação das leis de sucessão dos nossos estados psíquicos, ou seja, das leis segundo as quais um deles produz o outro.

Algumas dessas leis são gerais, outras especiais. Uma lei geral, por exemplo, seria a lei que, não importando por que causa dada, toda impressão psíquica tem como consequência um fenômeno semelhante a ela, mas também menos vívido, que poderia ser produzido na ausência da primeira excitação causal. Cada impressão, disse ele na linguagem de Hume, tem uma ideia. Do mesmo modo, haveria certas leis gerais, as quais determinariam a realização efetiva de tal ideia. E ele cita três dessas "leis de

associação de ideias". A primeira é a lei de semelhança, "as ideias semelhantes buscam estimular-se entre si". A segunda é a lei da contiguidade, "quando dois fenômenos psíquicos tiverem sido experienciados em frequente ligação um com o outro, seja simultaneamente ou em sucessão imediata, e um fenômeno ou a ideia de um fenômeno retorna, ela busca estimular a outra". A última é a lei da intensidade, "uma vivacidade maior em uma ou em ambas as impressões, no que diz respeito ao mútuo estímulo, é equivalente à maior frequência da conjunção".

A tarefa da psicologia é, segundo Mill, deduzir dessas leis gerais e fundamentais dos fenômenos psíquicos, leis mais específicas e mais complexas de pensamento. Dado que vários fenômenos psíquicos, disse ele, muitas vezes agem em conjunto, então se impõe a pergunta: trata-se ou não, em todos os casos, de uma combinação de causas? Em outras palavras, efeitos e condições prévias relacionam-se sempre, como no campo da mecânica, onde movimento resulta de movimento, homogêneos às causas e em certa medida como sua soma? Ou o campo psíquico exhibe também casos similares ao processo de mistura química, onde não são encontrados na água qualquer das características de oxigênio e hidrogênio, e no cinabre qualquer das qualidades características do mercúrio e do enxofre? O próprio Mill considerava provado que os dois tipos de casos ocorrem no campo dos fenômenos internos. Às vezes é um processo análogo ao da mecânica, mas às vezes é combinação análoga ao da química. Pois ocorre que diversas representações se fundem de modo que já não mais parecem várias, mas parecem uma representação simples de um tipo completamente diferente. Assim se desenvolveu, por exemplo, as representações do extenso e do espaço tridimensional a partir das sensações sinestésicas.

Uma série de novas pesquisas reúne-se neste ponto. Questiona-se, particularmente, se o estado de crença e, do mesmo modo, se o estado de desejo seria um caso de química psíquica, o resultado de uma fusão de representações. Talvez, pensa Mill, a resposta a essa pergunta seja negativa. No entanto, como ela sempre foi decidida também afirmativamente, em todo caso é certo que aqui se abrem campos completamente diferentes. E assim segue-se, pois, a nova tarefa de verificar as leis de sucessão desses fenômenos, com base em observações especiais, tenham elas resultado ou não de processos psico-químicos. No que diz respeito à crença, se investigará quais crenças nós temos imediatamente e, além disso, segundo quais leis uma crença se segue

da outra e segundo quais leis um fato é, com razão ou não, tomado como prova para outro. Em relação ao desejo, no entanto, antes de tudo a tarefa é investigar quais objetos nós originalmente e por natureza desejamos e, além disso, então, determinar as causas às quais nos levam a desejar coisas originalmente indiferentes ou, até mesmo, desagradáveis.

A tudo isto se agrega ainda outro rico campo, no qual a investigação psicológica começa se entrelaçar com a fisiológica mais do que em qualquer outra parte. O psicólogo, segundo Mill, também tem a tarefa de investigar até onde a produção de um estado psíquico por outro é influenciada por estados físicos demonstráveis. Um triplo fundamento seria imaginável para a diferente sensibilidade de pessoas diferentes, para com as mesmas causas psíquicas. Ela poderia ser fatos originais e últimos, ela poderia ser o resultado da história de sua vida interna prévia, ela poderia ser o resultado uma organização física diferente. O olhar cuidadoso e crítico, pensa ele, reconheceria que a maior parte do caráter de uma pessoa encontraria sua explicação adequada na sua educação e nas circunstâncias exteriores. O restante seria estabelecido, de modo geral, apenas indiretamente pelas diferenças orgânicas. E, obviamente, isso vale na verdade não apenas para a inclinação à desconfiança que se costuma notar no surdo, à luxúria que se quer costuma notar no cego de nascença e à irritabilidade que se costuma notar no deficiente físico, mas também, do mesmo modo, para muitos outros casos menos fáceis de conceber. Também permanecem, como concede Mill, ainda outros fenômenos, como particularmente os instintos, os quais não são explicados de outro modo que imediatamente a partir da organização especial. Assim, nós vemos, então, como a psicologia assegurou um amplo campo também como etologia, isto é, como exposição das leis da construção do caráter.

Este é o resumo dos problemas psicológicos, o qual nos concede, a partir de seu ponto de vista, um dos importantes representantes da ciência exclusivamente fenomenal. E realmente em todas essas relações não ocorre um empobrecimento da psicologia por meio dessa modificada versão e segundo a visão a qual conduz a ela. Do contrário, às questões, às quais J. St. Mill coloca, e àquelas que ali se encontram implicadas, deixam-se acompanhar de outras não pouco significativas. Não faltam, então, grandes trabalhos para os psicólogos dessa escola e nos nossos dias contam-se, entre eles, homens os que fazem valer frente a outros o desenvolvimento da ciência.

Não obstante, *uma* questão parece, no mínimo, excluída e ela é de tal importância que apenas a sua falta ameaça deixar uma grave lacuna. Justamente *a* investigação, a qual a antiga psicologia considerou como sua nobríssima tarefa, justamente *a* questão, a qual incitou primeiramente à investigação psicológica, parece não poder ser mais realizada por tal concepção. Eu me refiro à questão sobre a continuação depois da morte. Quem conhece Platão sabe como o desejo para se assegurar a verdade a respeito dessa questão, antes de qualquer outra, o introduziu nesse campo. Seu Fédon é dedicado a ela e outros diálogos, como o Fédro, o Timeu e a República, tomam-na novamente em consideração. A mesma questão prossegue com Aristóteles. Na verdade, ele expõe seu fundamento para a imortalidade com poucos pormenores. Mas estaria errado, quem quisesse concluir disso, que a questão foi para ele de menor importância. Em sua lógica, onde a doutrina do apodítico ou a demonstração científica deveria ser necessariamente a mais significativa, ele a condensa, porém, em poucas páginas nos Segundo Analíticos, em explícita oposição a outras discussões amplas e extensas. Na Metafísica, ele fala da divindade apenas nas poucas frases curtas do último livro. E, embora estas reflexões valessem declaradamente como essenciais para ele, é verdade que ele atribuiu à totalidade da ciência além dos nomes de sabedoria e filosofia primeira também diretamente o de teologia. Assim, também no Livro sobre a Alma, ele trata do espírito na humanidade e sua imortalidade apenas brevemente e, mesmo aqui, ele as menciona de passagem. No entanto, que elas pareçam, para ele, como o objeto mais importante da psicologia diante de todos os outros, indica claramente o conjunto de questões psicológicas no início da obra. Ali nós ouvimos que seria assunto do psicólogo, antes de todo, investigar o que é a alma, em seguida, então, investigar suas propriedades, das quais algumas parecem aderidas a ela, como espirituais, e não ao corpo; e, além disso, ele tem que investigar se a alma é composta de partes ou se ela é simples, se todas as partes são estados corporais ou se alguma não é, em cujo caso sua imortalidade estaria assegurada. As diversas aporias, as quais se unem a essas questões levantadas, mostram que aqui nós tocamos no ponto, o qual ocupou a maior parte da curiosidade dos grandes pensadores. A psicologia se dedicou, portanto, primeiramente a esta tarefa, a qual lhe deu o impulso para o desenvolvimento. E precisamente agora, ela parece ter se tornado abatida e impossível, ao menos do ponto

de vista daqueles que negam a psicologia como ciência da alma. Pois, não havendo alma, então naturalmente não pode haver conversa sobre uma imortalidade da alma.

Isso parece tão imediatamente óbvio que não se pode se surpreender, quando ela é apresentada como algo auto evidente pelos apoiadores da concepção aqui desenvolvida, como A. Lange, por exemplo. Assim, se oferece na psicologia um espetáculo similar ao do campo das ciências naturais. A ambição dos alquimistas em produzir ouro por meio de mistura impulsionou inicialmente a investigação química. Mas, o amadurecimento científico renunciou essa transmutação como algo impossível. E algo ao modo da famosa parábola da promessa do pai enfermo, também aqui os herdeiros dos antigos pesquisadores satisfizeram a previsão dos ancestrais. Os filhos cavaram diligentemente a vinha na qual acreditaram que o tesouro estivesse escondido. E se eles não encontraram o ouro enterrado, cresceram para eles, então, outros tesouros nos frutos do solo bem trabalhado. Algo similar aconteceu com os químicos e também estaria acontecendo aos psicólogos. A questão da imortalidade estaria abandonada, mas poder-se-ia dizer em consolo que o desejo pelo impossível apresentou o nascimento de estímulos para solução de outras questões, às quais não pode ser negado um verdadeiro e vasto significado.

Contudo, quem poderia negar que, aqui, nós não estaríamos inteiramente em um caso idêntico? Para os sonhos dos alquimistas, a realidade ofereceu um substituto superior. Para as esperanças de um Platão e um Aristóteles em obter certeza sobre a continuação da nossa melhor parte após o desenlace do corpo, apenas as leis de associação de representações, as leis de desenvolvimento das convicções e opiniões e as leis de nascimento e crescimento do prazer, do amor e tudo o mais, não seriam uma verdadeira compensação. Por isso, a perda parece aqui amplamente ainda mais lamentável. E se realmente a diferença entre ambas as concepções significasse a aceitação ou a negação da questão sobre a imortalidade, então essa diferença seria de suma importância para a psicologia e seria inevitável uma entrada na investigação metafísica acerca das substâncias como portadores de estados psíquicos.

Se por um lado, no entanto, é explícita a necessidade de delimitação do campo de investigação, talvez então ela não seja mais que aparente. Em sua época, David Hume declarou com toda firmeza contra os metafísicos, os quais afirmaram encontrar, neles mesmos, uma substância como portador dos estados psíquicos. “Eu, de minha

parte”, diz ele, “quando eu entro mais intimamente no que eu chamo *eu mesmo*, eu sempre tropeço em uma ou outra percepção particular de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Por mais que eu também o busque, jamais posso apoderar-me do *meu eu* sem uma representação e jamais eu posso descobrir algo fora da representação. Estando minhas representações suspensas por algum tempo, como no sono saudável, eu não posso, então, sentir *meu eu* durante esse tempo e, na verdade, se poderia dizer que eu de modo algum existo”. Se certos filósofos afirmam perceberem a *si mesmos* como algo simples e permanente, então ele (Hume) não quer contradizê-los, mas ele está convencido a partir de si e dos demais (excetuando apenas esta sorte de metafísicos) que, “elas não são nada além de um feixe de diferentes representações, as quais sucedem umas às outras com rapidez inconcebível e estão em fluxo constante e movimento ininterrupto”. Assim, nós vemos que Hume é contado inequivocamente entre os adversários da substância anímica. Não obstante, Hume mesmo observa que o conjunto de provas para a imortalidade por meio de uma concepção como a sua possui, no entanto, a mesma força que a hipótese oposta e tradicional. A. Lange certamente tomou essa declaração como uma brincadeira, e aqui ele pode ter razão, pois se sabe também que em outras partes Hume não desdenhou a arma da ironia maliciosa. Contudo, o que disse Hume não é tão obviamente ridículo como Lange, e talvez o próprio Hume, poderia acreditar. Pois se também aqueles que negam a substância anímica não podem falar evidentemente de uma imortalidade da alma em sentido próprio, não é correto de modo algum que a questão da imortalidade mediante a negação de um portador substancial dos fenômenos psíquicos perdeu todo sentido. Isto se torna imediatamente evidente, quando se considera que, com ou sem substância anímica, uma continuação da nossa vida psíquica aqui sobre a terra em todo caso não pode ser negada. Rejeite alguém a substância anímica, então permanece para ele apenas a suposição restante de que ela não necessita desse portador substancial para uma continuação. E a questão, se nossa vida psíquica de alguma forma também é continuada após a destruição de nossos fenômenos corporais, será sem sentido para ele, como tão pouco para outros, por causa disso. É verdadeiramente uma inconsequência pura, quando pensadores desta tendência rejeitam, pelas razões mencionadas, a questão da imortalidade também nesse seu sentido essencial, no qual certamente ela é mais bem nomeada como mortalidade da vida do que imortalidade da alma.

Isto foi plenamente reconhecido por John Stuart Mill. Na passagem anteriormente mencionada de sua *Lógica*, nós encontramos a questão sobre a imortalidade, embora entre elas não estejam citadas as questões tratadas da psicologia. Mas em outro lugar, em sua obra sobre Hamilton, ele desenvolveu com toda clareza o mesmo pensamento que nós expressamos aqui.

Do mesmo modo, não existe atualmente na Alemanha *um* pensador de expressão, o qual tenha pronunciado sua rejeição ao portador substancial para estados psíquicos, como para estados físicos, tão frequente e francamente como Theodor Fechner. Em sua *Psicofísica*, em sua *Teoria dos átomos* e em outros escritos, declara-se contra esta polêmica, às vezes seriamente, às vezes comicamente. Mas, não obstante, ele reconhece francamente sua crença na imortalidade. E assim se indica que, ainda quando alguém aceita a perspectiva metafísica, a qual induziu os pensadores modernos a substituir a definição de psicologia como ciência da alma pela definição da psicologia como ciência dos fenômenos psíquicos, não resultaria também segundo este aspecto nenhum estreitamento desse campo e, em geral, nenhum prejuízo essencial para a psicologia.

Do contrário, sem uma investigação metafísica pormenorizada, aceitar essa concepção parece tão inadmissível como rejeita-la sem exame. Se homens conceituados colocam em dúvida e negam os portadores substanciais, outros grandes nomes estiveram e estão contrários a eles, os quais insistem nos portadores substanciais. Aqui, H. Lotze concorda com Aristóteles, Leibniz e mesmo com o empirista inglês contemporâneo Herbert Spencer. Com a sua particular franqueza, o próprio J. St. Mill reconheceu, em seu escrito contra Hamilton, que a tarefa da substância como portador de fenômenos, particularmente no campo psíquico, não estaria livre de dificuldades e obscuridades. Se, portanto, a nova definição da psicologia está inseparavelmente conectada à nova doutrina metafísica, como a antiga psicologia à antiga doutrina metafísica, então nós nos obrigamos ou investigar uma terceira definição ou descer aos temidos abismos da metafísica.

Felizmente, o oposto é o caso. A nova interpretação do nome Psicologia não contém nada que também não possa ser considerado pelos partidários da antiga escola. Pois, exista ou não uma alma, os fenômenos psíquicos existem, em qualquer caso. E o partidário da substância anímica não negará que tudo o que ele poderia verificar na

relação com a alma, possui também uma relação para com os fenômenos psíquicos. Nada impede, portanto, de adotarmos a nova definição, ao invés da definição de psicologia como ciência da alma. Talvez ambas sejam corretas. Mas permanece, então, a diferença: a antiga contém pressupostos metafísicos do qual a moderna está livre; essa moderna é reconhecida por escolas opostas, enquanto a primeira já carrega a marca especial de *uma escola em si*; assim, uma nos dispensa de investigações preliminares gerais com as quais a outra nos compromete. Portanto, a adoção da concepção moderna nos simplifica o trabalho, ela concede ainda uma vantagem adicional como a facilitação da tarefa. Toda exclusão de uma questão desinteressante é, na qualidade de simplificação, também reforço. Ela mostra que os resultados da investigação estão sob a dependência de menos pressuposições e, assim, proporcionam maior clareza às nossas convicções.

Assim, no sentido indicado acima, nós qualificamos a *psicologia* como a *ciência dos fenômenos psíquicos*. As discussões precedentes parecem ser apropriadas para tornar clara, de acordo com o principal, tal definição. A investigação posterior sobre a diferença dos fenômenos psíquicos e físicos acrescentará aquilo que ainda falta a esse respeito.

§ 3. O valor próprio da psicologia

Se alguém quisesse verificar o valor relativo do campo científico delimitado aqui em comparação com aquele da ciência natural, e nesse caso quisesse unicamente criar a escala de participação na qual uma e outra investigação tratam de se encontrar, então a psicologia apareceria profundamente sobrepujada. Seria uma questão diferente se comparássemos os fins, os quais uma e outra ciência persegue. Nós vimos qual é o tipo de conhecimento que o cientista da natureza é capaz de alcançar. Os fenômenos da luz, do som, do calor, da localização espacial e da locomoção os quais ele trata não são coisas que realmente e verdadeiramente existem. Eles são sinais de algo real que produz sua representação por meio de sua atualização. Mas eles não são, por isso, uma figuração correspondente dessa realidade e dela dão conhecimento apenas em sentido muito incompleto. Nós podemos dizer que existe algo que, sob estas ou aquelas condições, causa esta ou aquela sensação; nós podemos demonstrar, também, que ali se

devem encontrar semelhantes relações como as formas e tamanhos, as quais os fenômenos espaciais mostram. Mas este é o ponto até onde podemos ir. Em si, e por si, o que é verdadeiro não se coloca no fenômeno, e o que aparece não é verdadeiro. A verdade dos fenômenos físicos é, como se diz, uma mera verdade relativa.

Pode-se dizer o contrário dos fenômenos de percepção interna. Eles são verdadeiros em si mesmos. Como eles aparecem – para isso asseguram a evidência com a qual eles são tomados como verdadeiros – assim são eles também na realidade. Quem poderia negar, então, que nisso se revela uma grande vantagem da psicologia diante das ciências naturais?

O alto valor teórico do conhecimento psicológico é evidenciado ainda em outro aspecto. Não apenas com o modo de cognoscibilidade, também com a dignidade do objeto cresce a dignidade da ciência. A dignidade de uma ciência não só aumenta com a maneira pela qual se caracteriza a capacidade de conhecer, mas também com a dignidade do seu objeto. E os fenômenos cujas leis a psicologia investiga não se distinguem dos fenômenos físicos apenas porque são verdadeiros e reais em si mesmos, mas também porque são incomparavelmente superiores em beleza e sublimidade. A cor e o som, a extensão e o movimento se opõem, aqui, à sensação e à imaginação, ao juízo e à vontade, com toda a grandeza com a qual elas se desdobram nas ideias do artista, nas pesquisas do grande pensador e na abnegação do homem virtuoso. Assim, revelamos de um modo novo como a tarefa do psicólogo é mais valiosa diante da tarefa do cientista da natureza.

Também é correto que aquilo que nos é próprio reivindica nosso interesse mais do que o estranho. Nós estamos mais ansiosos para conhecer a ordem e a origem do nosso sistema solar que a do grupo mais remoto de constelações celestes. A história do nosso país e de nossos antepassados atrai mais a nossa atenção do que a de um povo com quem nos falte relações estreitas. E esta também é uma razão, a qual outorgar à ciência dos fenômenos psíquicos o mais alto valor. Pois eles são os fenômenos que nos são mais próprios. Alguns filósofos qualificaram o Eu diretamente com um grupo de fenômenos psíquicos, outros com o portador substancial de tal grupo. A comum linguagem ordinária diz que as mudanças físicas ocorrem *fora* de nós, enquanto as mudanças psíquicas ocorrem *em nós*.

Estas são observações muito simples, as quais podem facilmente convencer a qualquer um acerca do grande significado teórico do campo de conhecimento da psicologia. Mas também em importância prática – e é isto o que talvez mais deveria surpreender – suas questões não ficam atrás das questões das quais se ocupam as ciências naturais. Pelo contrário, também a esse respeito dificilmente outro ramo do saber é equivalente à psicologia, a menos que ele tenha a mesma pretensão de atenção e deva ser considerado como um degrau indispensável para o acesso à psicologia.

Apenas de modo breve, eu chamo a atenção para como as raízes da estética se encontram na psicologia, a qual, com desenvolvimento pleno, infalivelmente clarificará o olho do artista e assegurará o seu progresso. Da mesma forma, também, basta dizer que a importante arte da lógica, da qual *uma* só progressão tem como consequência mil avanços na ciência, retira sua fonte da psicologia de modo inteiramente análogo. Mas, a psicologia também tem a tarefa de se tornar o fundamento científico de uma teoria da educação, tanto para o indivíduo como da sociedade. Junto com a estética e a lógica, a ética e a política procedem do campo da psicologia. E, assim, a psicologia aparece como a condição fundamental do progresso da humanidade precisamente naquilo que constitui a sua dignidade essencial. Sem o emprego da psicologia, a solicitude do pai, bem como a do líder estadista, permanecerá um desajeitado tatear. E porque até agora princípios psicológicos nunca foram empregados de um modo sistemático no campo estatal, também porque aqui os guardiões do povo têm se encontrado, quase sem exceção, em completa ignorância a cerca deles, então se poderia muito bem dizer, com Platão e também com muitos pensadores dos nossos dias, que, tendo partilhado individualmente tão alta glória, ainda não apareceu na história um grande estadista verdadeiro. Antes de um emprego sistemático da fisiologia à arte de curar, não faltaram de modo algum médicos famosos, os quais conquistaram grande confiança e aos quais são atribuídas curas incríveis. Mas que tenha havido um verdadeiro grande médico antes das últimas décadas, isto é hoje negado por tal motivo como algo impossível para todo conhecedor da medicina. Todos eles foram empiristas cegos, mais ou menos hábeis, mais ou menos favorecidos pela sorte. Mas aquilo que um médico criterioso e instruído deve ser, isto eles não foram e não poderiam ter sido. Poderia se dizer também o mesmo de nossos estadistas até os dias de hoje. Até que ponto eles também são meros empiristas cegos, isto se indica sempre que um evento extraordinário muda repentinamente a situação

política e, de forma ainda mais clara, a cada vez que algum deles é levado a um país estrangeiro com condições diferentes. Abandonado por suas máximas puramente empíricas, eles se mostram completamente incompetentes e desnorteados.

Quantos males não poderiam ser eliminados, tanto individual como socialmente, seja pelo diagnóstico psicológico correto, seja pelo conhecimento das leis, segundo as quais um estado psíquico pode ser alterado! Que crescimento das forças psíquicas a humanidade não obteria somente por isso, se fossem determinadas as condições psíquicas fundamentais das diversas predisposições para um poeta, para um cientista ou para um homem de aptidões práticas, por meio da análise psicológica, com segurança e integridade, de modo que se poderia reconhecer a árvore, não primeiramente pelo fruto, mas já a partir dos primeiros brotos de folhas e se poderia transplantá-la imediatamente para um lugar o qual corresponda a sua natureza! Pois, em si mesmas, todas as aptidões são fenômenos muito complexos e resultados tardios de forças cujas atividades originais, de fato, prenunciam inicialmente muito pouco as subseqüentes, como a forma dos primeiros brotos prenunciam a forma do fruto da árvore. Apesar disso, no entanto, permanece a relação na qual tanto em um, quanto em outro caso se conformam às leis do mesmo modo e, como a botânica, uma psicologia suficientemente desenvolvida deveria, por isso, poder predizer aqui de modo análogo. Nesse, e ainda em mil outros modos, a sua influência seria muito benéfica. Talvez apenas ela esteja em posição de propiciar os meios contra toda decadência que nós vemos interromper de tempos em tempos, e tão tristemente, o desenvolvimento progressivo da cultura. Tem sido frequentemente assinalado de modo correto que as expressões metafóricas frequentemente usadas "velha nação" e "velha civilização", não são estritamente apropriadas, porque enquanto os organismos se regeneram apenas imperfeitamente, a sociedade se rejuvenesce completamente em cada geração seguinte; poder-se-ia falar apenas de adoecimento de povos e épocas. Existem, no entanto, as doenças que até agora apareceram periodicamente e tem levado regularmente à morte, devido à falta de habilidade dos médicos, de tal modo que, ainda que possa faltar o verdadeiro parentesco essencial, é inegável a similaridade do fenômeno exterior com aquele do envelhecimento.

Vê-se que não coloco uma tarefa prática inferior para a ciência psicológica. Mas, é também concebível que ela jamais se aproxime realmente desse ideal? A dúvida

quanto a este ponto parece ser bem fundamentada. Pelo fato de que até agora, e durante milênios, a psicologia não realizou praticamente um progresso, muitos gostariam de acreditar que se justifica concluir com certeza que ela também pouco promoverá os interesses práticos da humanidade no futuro.

Contudo, a resposta para esta objeção não está distante. Ela é revelada por uma simples consideração sobre posição que a psicologia ocupa na ordem das ciências.

As ciências teóricas gerais formam uma espécie de escala, na qual cada estágio superior é realizado com base no inferior. A ciência superior considera fenômenos mais complexos. A ciência inferior considera fenômenos mais simples e esses se relacionam com aqueles complexos. Assim, o progresso das ciências superiores tem que pressupor, naturalmente, o das ciências inferiores. Por isso, evidentemente, com exceção de alguns debilitados preparos empíricos, as ciências superiores chegarão ao desenvolvimento após as ciências inferiores. Particularmente, as ciências superiores não poderão alcançar, ao mesmo tempo em que as ciências inferiores, esse estado de maturidade em que elas podem se revelar úteis para as necessidades da vida. Assim se viu há muito tempo a matemática valorizada em aplicações práticas, enquanto a física ainda estava adormecida em seu berço e não dava o menor sinal da capacidade tão brilhante, comprovada posteriormente, para servir às necessidades e aos desejos da vida. A física, por sua vez, já há muito tempo havia alcançado prestígio e múltiplos empregos, quando a química, por meio de Lavoisier, descobriu o primeiro ponto fixo sobre a qual ela se ergueria em poucas décadas, para transformar completamente, se não a terra, pelo menos o cultivo da terra e, com ele, muitas outras esferas da atividade prática. Por sua vez, a química já havia conseguido muitos resultados imponentes enquanto a fisiologia ainda não havia despertado para a vida. E, não é necessário regressar muitos anos para encontrar o início de um desenvolvimento mais satisfatório para a fisiologia, no qual se ligaram então imediatas tentativas para uma utilização prática, talvez incompleta, mas já suficiente, contudo, para mostrar que um renascimento da arte da cura apenas era esperado a partir dela. Que a fisiologia se desenvolveu tão tarde, explica-se facilmente. Seus fenômenos são, pois, muito mais complexos do que os das ciências precedentes e estão na dependência deles, como os fenômenos da química estão, eles mesmos, novamente em condição de dependência para com aqueles da física e os fenômenos da física para com aqueles da matemática. Mas, então, se entenderá facilmente justamente

o porquê até agora a psicologia não produziu frutos abundantes. Assim como os fenômenos físicos estão sob a influência de leis matemáticas, os fenômenos químicos estão sob a influência das leis físicas: os fenômenos da fisiologia estão sob a influência de todas essas leis, então os fenômenos psicológicos estão novamente influenciados pelas leis das forças que produzem e renovam os seus órgãos. Quem, portanto, nada soubesse sobre o estado de psicologia até o presente momento por experiência direta e apenas conhecesse a história das outras ciências teóricas e a juventude da fisiologia, e até mesmo conhecesse a ciência química, esse poderia afirmar com segurança, sem ser cético em coisas psicológicas, que a psicologia ainda não realizou nada, ou realizou apenas muito pouco e, quando muito, um começo para o desenvolvimento vigoroso foi mostrado apenas recentemente. Com isso, estaria declarando que os frutos mais importantes, os quais ela pode produzir acerca da vida prática, pertenceriam todos apenas a um tempo futuro. Assim, quando ele dirigisse então os olhos para a história da psicologia, ele veria em sua atual esterilidade nada mais do que aquilo que ele esperava, e de modo algum se encontraria obrigado a um juízo desfavorável sobre suas futuras conquistas.

Nós vemos que o atual estado de atraso da ciência parece necessário, mesmo quando a possibilidade de um rico desenvolvimento futuro não é posta em dúvida. E que exista essa possibilidade, prova o início feliz, ainda que fraco, o qual de fato ela já teve. Uma vez que certo nível de desenvolvimento possível seja alcançado, não tardarão a surgir também consequências práticas. Para os indivíduos, e até mesmo para as massas, para os quais se encontram inibitórios imprevisíveis e circunstâncias que promovem sua adaptação, as leis psicológicas constituirão um fundamento seguro para a ação.

Portanto, nós podemos esperar confiantemente que a psicologia nem sempre carecerá de ambos, tanto da formação interna, como da aplicação benéfica. As necessidades, as quais ela deve satisfazer, tornaram-se pouco a pouco urgentes. As degradações das condições sociais clamam em voz alta por preparação mais urgente do que as imperfeições no transporte marítimo, no tráfego ferroviário, na agricultura e na higiene. Questões, às quais por livre interesse talvez tivesse que se enfrentar em menor grau, força-se a participação geral. Muitos já reconheceram aqui a tarefa mais importante de nosso tempo. E pode-se nomear muitos pesquisadores consagrados, os

quais se ocuparam para tal fim com a investigação da leis psíquicas e com pesquisas sobre o método de dedução e confirmação prática para aplicação das consequências.

Pode ser impossível que a tarefa da economia política seja apaziguar a confusão iniciada e restabelecer a paz gradativamente perdida na sociedade em confrontos de interesses contraditórios. Ela está envolvida com isso, mas a ela não cabe nem a totalidade e nem o essencial da tarefa. Entretanto, a participação crescente, a qual é concedida a essa disciplina prática, também pode ser oferecida como testemunho do que foi dito aqui. John Stuart Mill referiu-se a relação da economia política para com a psicologia na introdução ao seu livro *Princípios de Economia Política*. As diferenças referentes à produção e distribuição de bens entre os diferentes povos e em diferentes momentos, diz ele, em parte teriam seus fundamentos na diferença de conhecimentos físicos, mas em parte elas teriam causas psicológicas. “À medida que a condição econômica das nações depende do estado de conhecimentos físicos”, continua ele, “ela é objeto das ciências naturais e das artes que nelas se fundamentam. Mas, à medida que as causas são de tipos morais ou psicológicas, dependendo de instituições e relações sociais ou dos princípios da natureza humana, sua investigação não cabe à ciência natural, mas à ética e à ciência social, sendo objeto da economia política ou economia nacional”.

Assim, indubitavelmente, parece que o futuro, e até certo ponto, talvez, um futuro não muito distante, concederá à psicologia uma influência significativa sobre os aspectos práticos da vida. Neste sentido, nós poderíamos caracterizá-la, como também outros já fizeram, como a *ciência do futuro*; como aquela ciência, à qual, diante de todas as outras ciências teóricas, o futuro pertence; a qual configurará o futuro mais do que qualquer outra; e a qual todas se subordinarão e servirão no futuro em sua aplicação prática. Esta será, então, a posição da psicologia, quando ela, uma vez amadurecida, for capaz de intervir ativamente. Aristóteles chamava a política de arte do mestre de obras, à qual todas as outras serviam de mão-de-obra. Nós vimos que a arte do estadista, no entanto, para ser o que deve ser, precisa dar ouvidos aos ensinamentos da psicologia, assim as artes menores escutam os ensinamentos da ciência da natureza. Seus ensinamentos, eu gostaria de dizer, serão apenas uma síntese diferente, e mais desenvolvida, de princípios psicológicos para alcançar um fim prático.

Nós acentuamos quatro especificidades que parecem apropriadas para demonstrar o primoroso significado da ciência psíquica: a verdade interior; assim como a sublimidade de seus fenômenos; a relação especial desses fenômenos para conosco; e, finalmente, a importância prática das leis que os regem. A estes devemos acrescentar o especial e incomparável interesse, o qual lhe é próprio, na medida nos ensina sobre nossa imortalidade e, deste modo, torna-se a ciência do futuro em um novo sentido. Cabe à psicologia a questão acerca da esperança no além e da nossa participação em um estado mais perfeito de mundo. Nós observamos que ela já realizou tentativas, as quais alvejaram a isso, e nem tudo o que ela empreendeu nessa direção parece ter ficado sem êxito. Se esse devesse realmente ser o caso, nós teríamos aqui, sem dúvida, sua maior realização teórica, a qual seria propriamente não só de grandes consequências práticas, como ainda conferiria novo valor às suas outras realizações teóricas. De tudo para o qual valem as leis das ciências naturais, nós nos separamos quando abandonamos este mundo. As leis da gravidade, as leis do som, da luz e da eletricidade desaparecem para nós com os fenômenos pelos quais a experiência as comprovou. As leis psíquicas, pelo contrário, valem para nossa vida lá como cá, à medida que a mesma perdura imortal.

Com razão, então, já Aristóteles, no início de sua obra sobre a alma, elevou a psicologia acima de todas as outras ciências, embora com isso ele tenha reparado exclusivamente nas suas vantagens teóricas. "Se nós", diz ele, "incluímos o saber naquilo que é nobre e venerável; mas um mais que o outro, seja porque sua exatidão é maior, seja porque seu objeto é sublime e maravilhoso: então, por ambas as razões, nós justificadamente teríamos de contar o conhecimento da alma entre os bens mais excelentes". Pode causar admiração que aqui Aristóteles também designe a exatidão da psicologia superior às outras ciências. Para ele, a exatidão do conhecimento está relacionada à imortalidade do seu objeto. O que muda continua e universalmente subtrai-se, segundo ele, à investigação científica, enquanto o que é mais permanente tem a verdade mais permanente. De qualquer forma, nós também não podemos negar que as leis, as quais determinam a psicologia, têm pelo menos uma significativa verdade permanente.